

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atenção às deduções na declaração 3

O ESTADO DE S. PAULO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vai reabrir renegociação de dívidas tributárias 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Magistrados mobilizam-se para barrar mudanças contidas na PEC emergencial 6

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida, auxílio e credibilidade (3) 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda como funcionam as deduções na declaração de Imposto de Renda (IR) 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Líderes do Senado querem desidratar PEC 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Governar é inaugurar estradas - BRUNO CARAZZA 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Urgência no auxílio e na responsabilidade fiscal (3) 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setor empresarial critica "desonerações populistas" de Bolsonaro 17

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A edição genômica e os empresários bozochavistas - MIGUEL DE ALMEIDA 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Expectativa de destravar o auxílio emergencial 21

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Sem auxílio e sem ajuste (2) 23

O ESTADO DE S. PAULO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Preço de matérias-primas sobe 40% e traz oportunidades para o Brasil 25

O ESTADO DE S. PAULO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Usina da Petrobrás vira "elefante branco" 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar deve continuar pressionado devido à turbulência política 31

Atenção às deduções na declaração

Natália Bosco*

Nesta segunda-feira tem início o prazo para a entrega da Declaração do Imposto de Renda (IR), que se estende até 30 de abril. Ao enviar a declaração à **Receita Federal**, é possível deduzir diversos gastos e diminuir o imposto a ser pago ou aumentar a restituição. Há duas opções de declaração: simples e composta. O primeiro modelo permite a dedução de 20%, desde que o valor não ultrapasse R\$ 16.754,34.

Na base do imposto podem ser deduzidos gastos relacionados à educação, saúde, doações, pensão, previdência privada ou com dependentes. Existem dois tipos de dedução que podem ser incluídas no IR, os chamados gastos dedutíveis e as deduções do imposto devido.

O servidor público Astério Carrijo, 40 anos, diz que, geralmente, seus gastos com dedução do IR se resumem à saúde e educação: "Saúde, basicamente, com gastos como planos de saúde e, no caso de educação, a escola particular dos meus dois filhos". Normalmente, conta, "procuro buscar se existe alguma modificação desses gastos que eu possa lançar a atitude de dedução. Por exemplo, exames de covid-19, que tivemos que fazer".

Astério destaca que nunca encontrou muitas dificuldades na hora de fazer a declaração do imposto. "Como servidor público, a gente faz uma declaração bem tranquila, porque os gastos já são deduzidos diretamente no nosso contracheque. Ainda bem que até hoje nunca caí na malha fina", completa.

Dorcení Maia, 58 anos, também é servidora pública e, todos os anos, além de preparar a declaração do próprio imposto de renda, ajuda os filhos e outros familiares. "No imposto de renda, costumo incluir gastos como plano de saúde, tratamentos sem cobertura do plano, como dentista e terapias", explica. "Nunca encontrei problemas na declaração do imposto", completa. Este ano, ela diz que irá utilizar o aplicativo "Meu Imposto de Renda", disponibilizado para download na última quinta-feira pela **Receita Federal**.

Redução do imposto devido As deduções do imposto devido, por sua vez, reduzem direto o valor do imposto a ser pago. Aqui são incluídos gastos com:

Doações ao Estado - doações a fundos municipais, estaduais e federais podem reduzir em até 6% o

imposto devido;

Sublocação - pode ser deduzido o rendimento de aluguel por sublocação, situação quando alguém aluga um espaço para alugá-lo a terceira pessoa por um valor superior.

Gastos dedutíveis Os gastos dedutíveis reduzem a base de cálculo do imposto. Ou seja, tudo o que você declarar diminui o montante total sobre o qual é aplicada a alíquota do imposto. Estão inclusos nessa categoria gastos com:

Saúde - todos os valores pagos a título de consultas, planos de saúde, internações, psicólogos, dentistas (exceto clareamento dental), fisioterapia, exames, tratamento de saúde no exterior, plano de saúde, próteses e despesas com cadeira de rodas, sejam eles do declarante ou de seus dependentes;

Educação - educação infantil (creches e pré-escolas), ensino fundamental, ensino médio, educação superior, pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização, e ensino técnico e o tecnológico;

Previdência social ou privada - é possível deduzir todo o valor pago ao **INSS** em folha ou de forma autônoma, inclusive dos dependentes. Os contribuintes que têm plano de previdência do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) podem reduzir a base de cálculo do IR em até 12%;

Dependentes - pais, filhos, enteados e companheiros, são alguns exemplos que podem ser adicionados como dependentes do contribuinte e garantem uma dedução de R\$ 2.275,08 na base de cálculo de seu imposto; e

Pensão alimentícia - o valor de pensão pago é dedutível quando for estabelecido em decisão judicial ou acordo extrajudicial.

*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

Governo vai reabrir renegociação de dívidas tributárias



Abrangência. Nova rodada de negociação será mais ampla

Idiana Tomazelli

Com o endurecimento de medidas restritivas para tentar conter o avanço da covid-19 no Brasil, o governo federal vai reabrir o programa que permite aos contribuintes renegociar dívidas tributárias. A ideia é proporcionar um alívio no caixa das empresas no momento em que governadores decretam o fechamento de estabelecimentos não essenciais devido ao colapso em seus sistemas de saúde.

A nova rodada de negociação será mais ampla e poderá ter descontos em multas e juros para contribuintes que comprovarem baixa capacidade de pagamento.

A portaria que reabre o chamado Programa de Retomada Fiscal deve ser publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a expectativa é negociar de R\$ 70 bilhões a R\$ 90 bilhões em débitos. O valor, porém, é tido como conservador porque será possível incluir um rol bem maior de dívidas, o que deve atrair mais adesões.

Na última edição do programa, encerrada no fim de dezembro, só era possível incluir os débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) entre março e dezembro de 2020, período da calamidade pública pela covid-19. Nesse formato, os acordos envolveram R\$ 81,9 bilhões em dívidas, e os descontos somaram R\$ 25,6 bilhões. Os prazos de pagamento ficaram entre 84 e 145 meses.

Agora, a negociação será mais abrangente e poderá

incluir débitos anteriores a março de 2020, além dos que vierem a ser inscritos na Dívida Ativa até 31 de agosto deste ano. Ao estender o horizonte dos débitos para incluir até mesmo aqueles que ainda serão inscritos nos próximos meses, o governo tacitamente reconhece que as empresas começarão a enfrentar dificuldades severas. A adesão vai até 30 de setembro.

Limite. A negociação alcança apenas débitos de até R\$ 150 milhões inscritos na Dívida Ativa, cuja cobrança é de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Quem deve acima disso precisa partir para um acordo individual.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, há dois motivos principais para a reabertura do programa de renegociação: o risco elevado da nova onda de contaminações e o fato de que muitas dívidas vencidas no ano passado estão chegando só agora para a PGFN, uma vez que a pandemia suspendeu algumas cobranças e atrasou procedimentos adotados pela **Receita Federal** para encaminhar esses débitos para inscrição em Dívida Ativa. Cobrá-las seguindo o rito normal poderia estrangular as companhias num momento já delicado.

No ano passado, o governo garantiu uma arrecadação de R\$ 1,7 bilhão com o programa. Em 2021, a previsão é de R\$ 4 bilhões, somados os pagamentos dos acordos antigos e a previsão de novas adesões.

De acordo com uma fonte que participa das discussões, a **Receita Federal** também prepara uma negociação especial para débitos em fase administrativa de cobrança e que envolvem "teses tributárias", quando há dúvida jurídica sobre a incidência do tributo. Nesses casos, a lei permite a oferta de um acordo para encerrar a disputa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● **Projeção**

R\$ 70 bi

a R\$ 90 bi em débitos é a expectativa do governo que sejam negociados nessa nova fase do Programa de Retomada Fiscal, cuja portaria deve ser divulgada hoje no 'Diário Oficial' da União

.....

Magistrados mobilizam-se para barrar mudanças contidas na PEC emergencial



Renata Gil para presidente da AMB, ofensiva deve-se à derrota da ação que liberava a recondução dos presidentes das Mesas

Maria Cristina Fernandes

A votação da PEC emergencial, marcada para amanhã no Senado, acirrou os ânimos na elite do funcionalismo público. O substitutivo do relator Márcio Bittar (MDB-AC) manteve artigos do texto original que reduzem a margem de manobra orçamentária do judiciário, Ministério Público, Defensoria, Tribunal de Contas e Legislativo para além do congelamento de salários previsto para todo o funcionalismo.

As dotações orçamentárias desses órgãos são liberadas em 12 parcelas ao longo do ano, os chamados duodécimos. Quando os gestores não gastam a totalidade dos recursos, as sobras são destinadas a fundos financeiros que custeiam despesas extras desses órgãos ao longo do ano. Com a nova PEC, essas sobras serão devolvidas ao Tesouro.

A não devolução implicará a dedução na transferência do mês subsequente (duodécimo). A determinação está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal mas nunca foi cumprida. Por isso, o Executivo resolveu abrigá-la na Constituição. As mudanças acolhidas pelo relator estão contidas no artigo 168.

A outra mudança alvo da pressão é aquela que prevê um contingenciamento de despesas naqueles órgãos correspondente ao aplicado às despesas do Executivo. Hoje, mesmo na ocorrência de frustração de receita, os duodécimos da dotação orçamentária

dos órgãos são mantidos incólumes, sendo o contingenciamento arcado unicamente pelo Poder Executivo.

Esta é uma velha demanda dos técnicos do Tesouro que já havia sido tentada pelo chamado "Plano Mansueto", como se chamou a proposta do ex-secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, e só agora foi consubstanciada na proposta ora em tramitação.

As corporações mobilizaram os parlamentares até o fim da quinta-feira, 25, quando se concluiu o prazo para emendas à PEC. A Associação dos Magistrados do Brasil, por exemplo, negociou duas emendas, com os senadores Lucas Barreto (PSD-AP) e Major Olímpio (PSL-SP), para reverter a mudança.

Renata Gil, presidente da AMB, atribui a ofensiva contra o Judiciário às rugas decorrentes da derrota da ação que liberava a recondução dos presidentes das Mesas Legislativas dentro da mesma legislatura. "A disposição de mexer já existia, mas a animosidade cresceu com a derrota da não recondução dos presidentes das Casas", diz Renata.

Seu argumento parte do pressuposto de que se trata de uma ofensiva contra o Poder Judiciário que hoje tem, na presidência do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux. Único juiz de carreira da Corte, Fux tem sido um aliado das pautas da corporação e é por ela defendido. Fux foi um dos ministros que votaram contra a recondução nas Mesas, uma guinada nas negociações entabuladas em torno do tema. Ao atingir a corporação da qual é egresso, ainda que seja a justiça estadual a mais afetada, o texto atingiria, por tabela, seu principal representante na Corte máxima do país.

Ao argumento contrapõe-se o fato de que a mudança veio no texto original do Executivo, não foi alterado no Congresso. Considere-se ainda que a dupla Arthur Lira-Rodrigo Pacheco no comando das Casas é fruto da posição à qual se alinhou o presidente do STF e não o inverso.

De toda forma, há, de fato, um movimento em curso para desidratar instituições que, em maior ou menor grau, contribuíram para a Lava-Jato. Além do Ministério Público e do Judiciário, a Receita também terá recursos desvinculados. O presidente da União Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**

(Unafisco), Mauro Silva, disse ao Valor, na edição de 25 de fevereiro, que acredita na motivação política da desvinculação. A Receita é o órgão de origem de Roberto Leonel, o auditor que colaborou com a operação e foi escolhido pelo ex-ministro Sérgio Moro para a presidência do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf)

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Dívida, auxílio e credibilidade (3)

O Brasil completa um ano de pandemia com o setor público superendividado, num quadro de muita incerteza e de muita oscilação no mercado financeiro.

O governo geral fechou janeiro com dívida bruta de R\$ 6,67 trilhões, soma equivalente a 89,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e muito acima dos padrões observados na média dos países emergentes (cerca de 62%). O governo geral inclui os poderes da União, de Estados, de municípios e o **INSS**, e o principal devedor é a União.

Cuidar da imagem e da credibilidade é condição indispensável para evitar problemas muito sérios para o setor público e, como consequência, para os negócios e para o emprego. Daí a necessidade, adverte o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, de garantir compensação para qualquer novo programa de auxílio emergencial às famílias mais carentes.

Senadores têm considerado a aprovação de mais quatro meses de ajuda sem definição imediata de contrapartida. Sem esse cuidado, serão mais R\$ 30 bilhões - já se falou até em R\$ 40 bilhões - sem cobertura, num período de enorme insegurança quanto às condições fiscais.

O novo socorro às famílias mais necessitadas, pode-se argumentar, dará impulso ao consumo, à produção e à arrecadação de **impostos**, mas o resultado final para as contas públicas é incerto. Maior incerteza, lembrou o secretário, pode resultar em piora da avaliação de risco, juros mais altos, maior dificuldade para a retomada econômica e menor geração de emprego e renda.

A proposta orçamentária elaborada pelo governo - e ainda nem aprovada no Congresso - indica um déficit primário (sem os juros) de R\$ 247,1 bilhões para o poder central.

Isso dependerá de um severo controle das finanças federais, indispensável também para a contenção do endividamento.

Nos 12 meses terminados em janeiro, o governo central acumulou déficit primário de R\$ 776,44 bilhões, segundo o Tesouro.

Mas o balanço de janeiro pode parecer animador, porque o governo central obteve superávit primário de R\$ 43,22 bilhões.

Mas ninguém deve ficar entusiasmado. O saldo de janeiro é normalmente positivo.

Além disso, o superávit foi ligeiramente inferior ao de um ano antes, quando chegou a R\$ 44,13 bilhões em valores correntes.

A receita líquida do mês, R\$ 155,29 bilhões, foi 2,1% menor que a de janeiro de 2020. A despesa total foi 0,4% inferior à de um ano antes.

A situação do Tesouro fica mais clara quando se considera a relação entre despesas obrigatórias e receita líquida. Desde 2015 esses gastos consomem toda a receita líquida e até um pouco mais. Nos 12 meses de 2020, no entanto, as despesas obrigatórias, incluídas aquelas destinadas ao enfrentamento da crise, foram 53% maiores que a receita.

Essa proporção se manteve nos 12 meses até janeiro. Isso explica o enorme déficit primário acumulado no período. A relação pode ter melhorado em fevereiro, mas a volta do auxílio emergencial deverá causar uma reversão. Sem garantia de contrapartida, o mercado poderá reagir mal. O financiamento do Tesouro, nesse caso, ficará mais difícil e os efeitos baterão na atividade econômica.

Para uma visão mais ampla das finanças públicas é preciso recorrer aos dados mensais do Banco Central (BC). Nessas contas, o resultado fiscal é calculado como necessidade de financiamento do setor público.

Pelo novo levantamento, o governo central teve superávit de R\$ 43,16 bilhões em janeiro e déficit de R\$ 747,60 bilhões em 12 meses. Quando se incluem as contas de Estados, municípios e estaduais, chegase ao resultado primário do setor público: superávit de R\$ 58,37 bilhões no mês e déficit de R\$ 700,85 bilhões no intervalo de um ano.

Somando-se os juros, obtém-se o chamado resultado nominal: excedente de R\$ 17,93 bilhões em janeiro, com buraco de R\$ 1,02 trilhão em 12 meses, valor correspondente a 13,67% do **PIB**. Entre dezembro e janeiro a dívida bruta do governo geral passou de R\$ 6,61 trilhões para R\$ 6,67 trilhões (89,7% do **PIB**) - fortíssima razão para o governo cuidar da credibilidade. Seria bom o presidente Bolsonaro saber disso.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entenda como funcionam as deduções na declaração de Imposto de Renda (IR)

Nesta segunda-feira tem início o prazo para a entrega da Declaração do Imposto de Renda (IR), que se estende até 30 de abril. Ao enviar a declaração à **Receita Federal**, é possível deduzir diversos gastos e diminuir o imposto a ser pago ou aumentar a restituição. Há duas opções de declaração: simples e composta. O primeiro modelo permite a dedução de 20%, desde que o valor não ultrapasse R\$ 16.754,34.

Na base do imposto podem ser deduzidos gastos relacionados à educação, saúde, doações, pensão, previdência privada ou com dependentes. Existem dois tipos de dedução que podem ser incluídas no IR, os chamados gastos dedutíveis e as deduções do imposto devido.

O servidor público Astério Carrijo, 40 anos, diz que, geralmente, seus gastos com dedução do IR se resumem à saúde e educação: "Saúde, basicamente, com gastos como planos de saúde e, no caso de educação, a escola particular dos meus dois filhos". Normalmente, conta, "procuro buscar se existe alguma modificação desses gastos que eu possa lançar a atitude de dedução. Por exemplo, exames de covid-19, que tivemos que fazer".

Astério destaca que nunca encontrou muitas dificuldades na hora de fazer a declaração do imposto. "Como servidor público, a gente faz uma declaração bem tranquila, porque os gastos já são deduzidos diretamente no nosso contracheque. Ainda bem que até hoje nunca caí na malha fina", completa.

Dorcení Maia, 58 anos, também é servidora pública e, todos os anos, além de preparar a declaração do próprio imposto de renda, ajuda os filhos e outros familiares. "No imposto de renda, costumo incluir gastos como plano de saúde, tratamentos sem cobertura do plano, como dentista e terapias", explica. "Nunca encontrei problemas na declaração do imposto", completa. Este ano, ela diz que irá utilizar o aplicativo "Meu Imposto de Renda", disponibilizado para download na última quinta-feira pela **Receita Federal**.

Redução do imposto devido

As deduções do imposto devido, por sua vez, reduzem direto o valor do imposto a ser pago. Aqui são incluídos gastos com:

Doações ao Estado - doações a fundos municipais, estaduais e federais podem reduzir em até 6% o imposto devido;

Sublocação - pode ser deduzido o rendimento de aluguel por sublocação, situação quando alguém aluga um espaço para alugá-lo a terceira pessoa por um valor superior.

Gastos dedutíveis

Os gastos dedutíveis reduzem a base de cálculo do imposto. Ou seja, tudo o que você declarar diminui o montante total sobre o qual é aplicada a alíquota do imposto. Estão inclusos nessa categoria gastos com:

Saúde - todos os valores pagos a título de consultas, planos de saúde, internações, psicólogos, dentistas (exceto clareamento dental), fisioterapia, exames, tratamento de saúde no exterior, plano de saúde, próteses e despesas com cadeira de rodas, sejam eles do declarante ou de seus dependentes;

Educação - educação infantil (creches e pré-escolas), ensino fundamental, ensino médio, educação superior, pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização, e ensino técnico e o tecnológico;

Previdência social ou privada - é possível deduzir todo o valor pago ao **INSS** em folha ou de forma autônoma, inclusive dos dependentes. Os contribuintes que têm plano de previdência do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) podem reduzir a base de cálculo do IR em até 12%;

Dependentes - pais, filhos, enteados e companheiros, são alguns exemplos que podem ser adicionados como dependentes do contribuinte e garantem uma dedução de R\$ 2.275,08 na base de cálculo de seu imposto; e

Pensão alimentícia - o valor de pensão pago é dedutível quando for estabelecido em decisão judicial ou acordo extrajudicial.

*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/03/>

4909372-entenda-como-funcionam-as-deducoes-na-declaracao-de-imposto-de-renda--ir.html

Líderes do Senado querem desidratar PEC

Thiago Resende

Apesar do recuo sobre o fim do piso para saúde e educação, líderes do Senado pressionam por uma desidratação ainda maior na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que dá as bases para a nova rodada do auxílio financeiro à população mais carente na pandemia e prevê medidas de controle de despesas.

Com a base desarticulada no Senado, o governo enfrenta dificuldades para aprovar a chamada PEC Emergencial, no formato defendido pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O chefe da equipe econômica aposta na aprovação dessa proposta para destravar a pauta liberal apresentada ao Congresso e, a aliados, indicou que esse projeto pode definir a permanência ou não do ministro.

O governo continuará negociando com os líderes até esta segunda-feira (1), quando um novo relatório da PEC deve ser apresentado. Avalia ceder em mais pontos polêmicos, como o corte nos repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

Mas isso ainda não deve ser suficiente para destravar a votação. Mesmo no PSD e PL, partidos aliados, há senadores que querem aprovar apenas o auxílio emergencial - sem as medidas de ajuste defendidas por Guedes.

A proposta, após votação no Senado, precisa passar pela Câmara. O governo tem pressa porque quer iniciar o pagamento do auxílio ainda em março. As negociações caminham para quatro parcelas de R\$ 250, conforme o próprio presidente Jair Bolsonaro adiantou.

"Há necessidade de separar os assuntos. Querem pegar algo já pacificado, que tem apoio de todos, e inserir uma matéria [as medidas de ajuste] que não vem ao caso agora. Estamos diante de uma pandemia e precisamos que os recursos financeiros cheguem às pessoas", disse o líder do PSD no Senado, Nelsinho Trad (MS).

Esse cenário, na avaliação da equipe de Guedes, comprometerá o desempenho futuro da economia. Técnicos da pasta dizem que, sem ações de controle

das contas públicas no horizonte, haverá queda de investimentos e uma sinalização ruim para o mercado financeiro em relação ao compromisso do governo com o ajuste fiscal.

Nos últimos dias, a pandemia apresentou novos recordes. Estados e municípios adotaram medidas de restrição de circulação de pessoas e fechamento temporário de atividades econômicas.

Isso inflou o discurso no Congresso de que a renovação do auxílio emergencial, mesmo que em parcelas menores que no ano passado, deve ser aprovada o quanto antes, deixando as discussões das medidas de controle de despesas de Guedes para um segundo momento.

Esse discurso tinha tomado uma ala do MDB e PSDB no Senado, partidos independentes, e também siglas de oposição. No fim de semana, o movimento cresceu, inclusive no MDB, maior bancada do Senado.

Interlocutores de Guedes afirmam que a PEC Emergencial precisa ser aprovada sem desidratação, pois, além dos efeitos futuros na economia, a proposta prepara terreno em caso de necessidade de um novo estado de calamidade no país.

Na visão do Ministério da Economia, o texto apresentado aos senadores também está alinhado ao compromisso com a gestão da saúde pública diante do repique da pandemia.

Por isso, líderes governistas tentam articular a justes pontuais na proposta, mas sem derrubar os trechos considerados vitais a Guedes, que são os gatilhos - medidas a serem acionadas automaticamente, por um período determinado, em caso de crise nas contas públicas.

Esses gatilhos já foram apresentados ao Senado em 2019, mas até hoje o texto não avançou. Para reduzir as resistências, o governo já cedeu em alguns pontos.

Inicialmente, por exemplo, havia a previsão de corte de jornada e de salários de **servidores públicos** como parte do pacote fiscal. Isso, porém, foi retirado do relatório da PEC, elaborado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC).

A versão mais recente do texto prevê ações de menor impacto, como barreiras a concursos, reajustes salariais a servidores e à criação de despesas

obrigatórias.

Na avaliação de governistas no Senado, é melhor desidratar a proposta, mas num patamar aceitável para a equipe econômica, do que correr o risco de deixar o plenário aprovar apenas a autorização para o auxílio emergencial.

Além do corte nos repasses para o BNDES, a ala política estuda recuar na proposta que desobriga o governo a ajudar, por meio de um programa de financiamento, estados e municípios a pagarem precatórios (dívidas judiciais a empresas e pessoas físicas).

Esse é um pedido de prefeitos e governadores, que articulam para que o Senado mantenha a previsão de a União criar uma linha de crédito para que esses entes quitem as dívidas (precatórios).

O governo também aceita desistir do trecho que retira da Constituição a possibilidade de a União intervir em um estado para reorganizar as finanças da unidade da federação.

A previsão era que a PEC Emergencial fosse votada na semana passada no Senado, mas não houve clima depois que Bittar manteve em seu relatório a proposta que acabaria com o gasto mínimo para saúde e educação.

Bittar recuou para destravar a votação da PEC. Mas isso não foi suficiente para que o governo consiga uma base sólida para aprovar o texto.

Por ser uma PEC, é necessário o apoio de 49 dos 81 senadores. Sem o respaldo dos partidos de centro, como PSD e PL, e dos independentes, o governo enfrenta dificuldade em avançar na pauta prioritária de Guedes nesse momento. A votação está prevista para quarta-feira (3) no plenário.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Governar é inaugurar estradas - BRUNO CARAZZA

Bruno Carazza

Coribe(BA), Propriá (SE), Cascavel (PR), Florianópolis (SC), Alcântara (MA), Sertânia(PE), Campinas (SP), Rio Branco (AC), Foz do Iguaçu (PR), Tianguá (CE) e Fortaleza (CE). Nos últimos 40 dias, o presidente da República visitou 12 cidades brasileiras. Além das críticas à promoção de aglomerações no período em que a pandemia atinge seu ápice, o roteiro também deixa claro que Bolsonaro já está em campanha para ser reeleito em 2022.

Com a exceção de Rio Branco, para onde se dirigiu com os justos propósitos de sobrevoar as áreas atingidas pelas enchentes e acompanhar a ação das Forças Armadas e dos órgãos de Defesa Civil, os outros deslocamentos tiveram motivação meramente política.

Reagindo à queda de popularidade e aos ataques intensos que vem recebendo pela condução do país durante a crise de covid-19, Bolsonaro botou o pé na estrada. Afinal, é preciso manter o entusiasmo em regiões que o apoiaram massivamente em 2018 (como Santa Catarina e o oeste do Paraná) e prestigiar grupos cativos como os militares, ainda que a visita seja apenas para desejar boa sorte a novos cadetes no seu curso de formação em Campinas.

Todavia, chama a atenção o destino preferencial de suas viagens. Em cinco das últimas seis semanas o presidente voou para inaugurar obras no Nordeste, seu calcanhar de Aquiles nas últimas eleições e onde ele tem seu pior desempenho nas pesquisas.

Não por acaso, na maioria das vezes ele aterrissou em Estados governados por partidos que lhe fazem oposição.

Entregar trechos de estradas, pontes e ações contra a seca faz parte do jogo político. Como todos os seus antecessores desde que Fernando Henrique Cardoso inventou a reeleição, Bolsonaro está utilizando os recursos de que dispõe como chefe do Poder Executivo para agradar eleitores cativos e ampliar sua base de apoio visando se manter no poder até 2026.

Essa antecipação do clima eleitoral, porém, emite sinais claros a respeito de como será conduzida a economia na metade final de seu primeiro mandato.

Tanto a teoria quanto nossa história indicam que é bastante improvável que um governante resolva adotar políticas fiscais restritivas quando está em campanha.

A vitória de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco para as presidências da Câmara e do Senado foram comemoradas por muitos no mercado como um indicativo de que o governo passaria a ter à sua disposição uma ampla base capaz de aprovar uma agenda econômica mais ambiciosa.

As muitas semelhanças e afinidades entre Jair Messias e a maioria dos parlamentares que compõem essa massa amorfa que chamamos de Centrão deram esperança de que as propostas fiscais de Paulo Guedes poderiam avançar de modo mais fluido. A hipótese faz sentido; pena que as condições para a sua concretização estavam presentes há dois anos - e foram desperdiçadas.

Reformas econômicas abrangentes, que rompam estruturas, são implementadas mais facilmente em início de mandato, quando ainda não se verifica o desgaste natural de todo presidente. Além disso, precisam contar com o empenho dos líderes no Congresso, de preferência se comungarem do mesmo apetite por mudanças.

Quando tomou posse, Bolsonaro tinha em mãos todos esses ingredientes: um alto índice de popularidade, um Congresso que é a sua cara e, na presidência na Câmara, Rodrigo Maia, que desde o governo **Temer** conduzia uma agenda liberalizante, com a aprovação do teto de gastos e a reforma trabalhista. A rápida aprovação das novas regras da Previdência mostrou que essa parceria poderia render, mas depois disso a química com Maia desandou - e as propostas foram colocadas em banho-maria.

O contexto atual é bastante diferente, a começar pela interminável pandemia, que exige cada vez mais recursos para lidar com seus imensos custos sociais e econômicos.

Bolsonaro também não é mais o mesmo, pois em exatos dois anos, sua desaprovação subiu de 17% para 42%, segundo a última pesquisa XP/Ipspe. Essa piora tem literalmente um preço: além de todas as emendas extraordinárias liberadas para eleger seus aliados para a presidência do Congresso, o envio da

nova MPda Eletrobras trouxe consigo um agrado de R\$ 8,75 bilhões para as bancadas do Nordeste, da Amazônia e de Minas Gerais destravarem o processo de privatização. Outras faturas virão.

A maior prova, porém, de que o novo arranjo entre Bolsonaro, Lira e Pacheco não resultará em medidas econômicas de impacto está no novo relatório da PEC emergencial, apresentado na semana passada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Comparando-se o substitutivo do relator com a proposta inicial, encaminhada por Paulo Guedes, a PEC n-186/2019 foi bastante desfigurada. Além de autorizar, sem parâmetros ou limites, uma nova rodada do auxílio emergencial, Bittar busca cristalizar na Constituição um regime fiscal extraordinário para calamidades públicas, suspendendo-se travas relativas a contratação de pessoal, obras e serviços, abrindo-se a possibilidade de se criar despesas sem prévia previsão orçamentária e dispensando a observância da regra de ouro do endividamento público.

Para contrabalançar, o substitutivo propõe compensar o aumento de despesas seguindo a velha tática de impor ônus sociais em lugar de desagradar grupos de interesses bem identificados.

O acordo entre Bittar e a equipe de Paulo Guedes (ou seja, entre o Centrão e Bolsonaro) tem uma lógica clara. De um lado, desobriga o Estado de gastar um percentual mínimo com educação e saúde; de outro, preserva os **servidores públicos** de terem seus salários reduzidos e blinda os empresários que se aproveitam dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus, do Simples, das entidades sem fins lucrativos, dos produtores de bens da cesta básica e da bolsa empresário dos fundos de desenvolvimento.

Com Bolsonaro em clima eleitoral e o Centrão no comando do Congresso, é muito pouco provável que uma reforma fiscal de verdade seja aprovada antes de 2023. De emergencial, só sobrou o auxílio.

Bruno Carazza é mestre em economia doutor em direito e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro". Escreve às segundas-feiras

E-mail bruno.carazza@gmail.com

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Urgência no auxílio e na responsabilidade fiscal (3)

O recuo do senador Márcio Bittar (MDB-AC) na desvinculação dos pisos de saúde e educação em seu relatório via PEC Emergencial marcou o fim de uma semana cheia de altos e baixos para a equipe econômica na questão fiscal. A promessa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) era votar na última quinta-feira o texto que autoriza a volta do auxílio emergencial ao mesmo tempo em que promove um ajuste de longo prazo nas contas e viabiliza o teto de despesas pelo menos até o fim do próximo ano. Mas a Casa da Federação sequer permitiu a leitura do substitutivo de Bittar, tal o clima de conflagração que estava instalado.

Retirado o "bode da sala" (a desvinculação), a promessa de Pacheco agora é que o tema seja examinado na semana que hoje se inicia. A expectativa é que Bittar, que ficou bastante irritado com a derrota imposta nos minutos iniciais da partida, apresente um novo relatório entre hoje e amanhã. A intenção do comando da Casa é que as discussões formalmente se iniciem nessa terça-feira e a matéria possa ser votada na próxima quarta pelo Plenário.

Ainda há dúvidas, porém, se a equipe econômica conseguirá seu intento de aprovar o pacote fiscal. O texto já está bem desidratado. É o caso de lembrar que inicialmente o governo também queria ter a possibilidade de cortar em 25% a jornada e os salários dos **servidores públicos**, medida que infelizmente caiu na versão protocolada por Bittar.

Não há dúvidas que o Brasil há muito tempo precisa de um arcabouço fiscal robusto, que dê conta da necessidade de se dar sustentabilidade à dívida pública no longo prazo. Essa necessidade se tornou mais evidente após o esforço de guerra imposto pela covid-19, que levou ao maior déficit público da história e empurrou as dívidas bruta e líquida para níveis de fato inquietantes (89,7% no dado de janeiro para a bruta e 61,6% para a líquida), ainda que por ora administráveis.

Além do problema do endividamento, tão ou mais grave é a dificuldade de manejo do orçamento público, que tem transformado o gasto público no Brasil em algo extremamente ineficiente. Penaliza-se cada vez mais o investimento público com um desenho fiscal que acaba reforçando o péssimo desempenho da economia verificado na última década.

A estratégia do governo de vincular a necessária volta do auxílio emergencial à aprovação dessa PEC, mesmo desfigurada, vai no sentido de zelar pela responsabilidade fiscal. O país vive um drama inédito com a explosão de casos da segunda onda da covid-19 e é urgente que o benefício para aqueles que o ministro da Economia já chamou de "invisíveis" seja retomado, permitindo que haja um maior distanciamento e isolamento social que contenha a dramática expansão do vírus.

Não cabe dizer que as medidas fiscais propostas na PEC tiveram pouco tempo de discussão. Elas estão aí desde o fim de 2019 e o assunto é tema recorrente na sociedade. Alguns penduricalhos extras, que tradicionalmente são colocados em matérias desse gênero, podem ser retirados, mas a versão mais enxuta da PEC já é praticamente o mínimo possível que se deve fazer para recriar o auxílio (e eventualmente dar recursos extras para a saúde) com responsabilidade fiscal.

Tampouco cabem reclamações sobre a extensão do congelamento de salários de servidores. O ideal era que a medida que permitia reduzir em 25% as jornadas e os vencimentos tivesse sido mantida, como foi autorizado ao setor privado no ano passado e que o governo estuda retomar para as empresas neste ano. Por que os servidores não poderiam passar por isso dada a gravidade da situação sanitária e fiscal do país?

Mas já que esse capítulo ficou para trás nas negociações, que ao menos a retirada das desvinculações seja considerado o último passo para que essa PEC seja aprovada pelos congressistas. Assim, o auxílio emergencial poderá ser retomado, permitindo proteção para os mais vulneráveis desse país em meio a essa grave crise, sem abrir mão do zelo pelas contas públicas.

Em tempo, mesmo com a aprovação da PEC, as necessidades sociais e fiscais só serão atendidas de forma eficaz se o governo tomar rumo e acelerar o processo de vacinação. É imperioso que o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, comece a se preocupar de fato com o ritmo de expansão da covid-19 e acelere o ritmo de imunização em todo o país. As UTIs lotadas na maioria dos Estados e os recordes de mortos

mostram que os governos, em especial a administração Bolsonaro, estão errando feio e precisam urgentemente corrigir o rumo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Setor empresarial critica "desonerações populistas" de Bolsonaro

Danielle Brant e Gustavo Uribe

As medidas pontuais de redução de tarifas de importação, que vêm sendo anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) desde 2020, são criticadas por setores da economia, para os quais elas têm provocado insegurança à indústria nacional

A Camex (Câmara de Comércio Exterior) tem promovido uma série de reduções tarifárias. Neste mês, por exemplo, foi anunciada a diminuição de 35% para 20% do imposto de importação de bicicletas, em decisão que afetou a Zona Franca de Manaus, polo beneficiado pela alíquota anterior.

No ano passado, o governo federal também anunciou isenções tarifárias para artefatos como armas de fogo, equipamentos de energia solar, componentes de informática e produtos médicos.

Na época, o presidente disse que novas reduções de **impostos** estavam em estudo.

A isenção sobre revólveres e pistolas, contudo, foi suspensa no fim de 2020 pelo ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal).

A flexibilização do porte e da posse de armas no país é uma bandeira eleitoral do presidente, que já adotou uma série de medidas na área.

Os anúncios têm cansado sobressalto a industriais e empresários, para os atuais as reduções tarifárias tem caráter populista e são uma forma de o presidente agradar o seu eleitorado cativo, sem levar em consideração o custo da produção nacional.

Para eles, antes de serem anunciadas, as medidas deveriam ter sido discutidas com os respectivos setores.

Como reação, nas últimas semanas, representantes de entidades dos setores automotivo e farmacêutico têm entrado em contato tanto com assessores do presidente como com deputados federais para pedir que sejam consultados antes de novos anúncios de benefícios fiscais.

Com o preço do dólar alto, eles afirmam que os efeitos das reduções tarifárias não têm sido tão prejudiciais à

indústria nacional. Eles temem, contudo, que o que chamam de "desonerações populistas" continuem a ser feitas no ano que vem, quando o presidente disputará a reeleição ao cargo.

Além das reduções tarifárias, outra medida fiscal que causou receio ao setor produtivo foi o envio pelo Palácio do Planalto ao Poder Legislativo de projeto de lei complementar que pretende mudar a forma de cobrança do ICMS sobre combustíveis.

A iniciativa foi tomada por causa da pressão de motoristas de caminhão em razão do aumento do preço do diesel.

A ideia da proposta é definir um valor fixo por litro, e não mais sobre a média de preços das bombas. O texto ainda estabelece que a cobrança será feita diretamente nas refinarias, e não nos postos de gasolina.

Dez dias depois, o presidente assinou um decreto obrigando postos a informar a composição do preço de combustíveis.

Em conversas com integrantes do Ministério da Economia, os representantes das entidades têm reclamado que o presidente tem penalizado o setor empresarial com o objetivo de agradar seus eleitores.

Eles defendem que as reduções de alíquotas de importação devem ser calibradas pelo custo Brasil.

A maior parte das queixas é feita em conversas em gabinetes de deputados e secretários, já que a grande maioria dos empresários teme que críticas públicas sejam respondidas pela gestão federal com retaliações fiscais. Algumas delas, contudo, se tomaram públicas nas últimas semanas.

Ao tomarem ciência da redução da tarifa de importação de bicicletas, congressistas do Amazonas criticaram a decisão. O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PD AM), por exemplo, postou vídeo em uma rede social lembrando que o estado vive momentos críticos em decorrência da pandemia de Covid-19.

"A medida da Camex simplesmente inviabiliza o polo de bicicletas da Zona Franca de Manaus e transfere

empregos da Zona Franca de Manaus para a China", disse.

Recentemente, o deputado apresentou proposta legislativa que cria regras para a redução de imposto de importação. "A desoneração de **impostos** de importação precisa estar coordenada com a redução do custo Brasil", defendeu.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

A edição genômica e os empresários bozochavistas - MIGUEL DE ALMEIDA

MIGUEL DE ALMEIDA

Com a simultaneidade da comunicação, evidenciou-se ainda mais o atraso brasileiro. No mesmo dia em que Bill Gates declarava ao "New York Times" aguardar ansiosamente a chegada do novo livro de Walter Isaacson, "The Code Breaker", os portais de notícias mostravam o banal Luciano Hang fazendo piquete contra o lockdown em Bauru, onde os leitos das UTIs batiam mais de 90% de ocupação.

"The Code Breaker" traz a história da cientista Jennifer Doudna, ganhadora ano passado do Prêmio Nobel de Química, com Emmanuelle Charpentier, pelo pioneirismo no desenvolvimento do Crispr, a técnica de edição do genoma. O método permite vislumbrar a correção de doenças hereditárias, o combate ao câncer ou Alzheimer, entre outros males, e ainda a melhoria de sementes. O autor Walter Isaacson já biografou Einstein, Da Vinci e mesmo Steve Jobs. O livro está em pré-venda nas lojas virtuais.

Enquanto Luciano Hang escandia sua visão monstruosa de mundo (tudo por dinheiro), os empresários Pedro Passos, Pedro Wongtschowski e Horácio Lafer Piva publicavam no "Valor Econômico" contundente artigo sobre a importância da educação profissional tecnológica (EPT), recém-aprovada, que mira o ensino médio. No Brasil, os cursos técnicos recebem apenas 11% dos alunos, enquanto a média em países da OCDE é de 42%.

Se não houver capacitação profissional, de olho na alteração do paradigma de produção, a pátria amada que já foi a 7- economia do mundo, e hoje é 12-, permanecerá o país da saudade, porque o futuro passou. Uma terra de Damares, cruz-credo!

Embora Hang seja uma espécie de Zé Carioca do bozochavismo, sua missão catequizadora encontra eco junto a certo tipo de pensamento gerencial, comprometido ainda com a visão analógica do desenvolvimento e primitivo nas relações humanas. De outro lado, há uma empreendedora como Luiza Trajano, preocupada com a capacitação de jovens negros (aqueles cuja polícia incensada pelo bozochavistas adora matar, até pelas costas). Enquanto Hang brande o bacamarte, Luiza transformou sua empresa em estrela do e-commerce brasileiro.

Não se trata nem sequer de ideologia, apenas de adequação humana e civilizacional. Repete-se o mesmo erro ocorrido sob os governos de Pedro I e Pedro II. Em 1820, a economia americana e a brasileira eram quase do mesmo porte. Quando sofreu o golpe militar de Deodoro, em 1889, Pedro II deixava o Brasil com renda per capita cerca de um terço da americana -um degrau de US\$ 1,3 mil para US\$ 4 mil. Durante seu reinado, demonstrou horror ao empreendedorismo, à inovação e fechou os olhos ao tráfico de escravos. Tinha também horror à circulação de dinheiro - daí a tradição do fiado ou de guardar as notas sob o colchão. A abertura de empresas passava por suas mãos... Apeado do poder, em menos de três anos foram abertas algumas dezenas de bancos (o dinheiro saía dos quartos), nasceram centenas de empreendimentos, e os fazendeiros paulistas construíram estradas de ferro para escoar a produção cafeeira. Em oposição aos bozochavistas da época, que seguraram ao máximo a Abolição da Escravatura e ainda lutaram por ressarcimento pela mão de obra libertada...

O Brasil, que fora o segundo maior exportador de algodão do mundo, perdera a competitividade, pelo aumento constante de **impostos** para subsidiar a máquina estatal inepta e burocrática. Com máquinas e não escravos, a Inglaterra ditava os passos da Revolução Industrial.

Parece piada, mas não é. Em cerca de 20 anos, o Japão criou a Sony e a Mitsubishi; em igual período, a Coreia do Sul (então mais pobre do que o Brasil) deu ao mundo a LG e a Samsung; e o Brasil ofertou ao planeta um açougue (a Friboi).

Joseph Stiglitz, Nobel de Economia, e mesmo Bill Gates, em seu "Como evitar um desastre climático", lembram a necessidade de zerar a emissão de carbono. Ainda mais importante (ao menos nesse caso), elencam a criação de oportunidades, de novas profissões e empresas para a transição climática. Da quantidade de dinheiro disponível, para projetos capazes de gerar energia limpa ou modelos de produção não poluentes.

Mas então lemos sobre a edição genômica e a chegada radical da Inteligência Artificial (exércitos sem soldados, fábricas sem funcionários etc). Só que aí

somos interrompidos pelo grito de cloroquina dos bozochavistas...

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Expectativa de destravar o auxílio emergencial



Ingrid SoaresLuiz Calcagno

A semana começa sob a expectativa de avanço na PEC Emergencial, que abrirá caminho para a retomada do auxílio emergencial. O relator da proposta no Senado, Marcio Bittar (MDB-AC), apresentará, amanhã, uma nova versão do parecer. Ele vai retirar do texto o item que acabava com os pisos constitucionais para gastos com saúde e educação, rejeitado por partidos, inclusive, da base do governo e por entidades dos setores. A contragosto, o parlamentar teve de ceder à pressão e fazer a mudança, com o objetivo de acelerar a votação da matéria.

Mesmo com a retirada do trecho sobre desvinculação de saúde e educação, o governo deve enfrentar problemas para garantir que a volta do auxílio seja aprovada no Congresso com as medidas de ajuste fiscal. Partidos pressionam para que o benefício seja discutido separadamente das contrapartidas. Pelo menos duas PECs foram apresentadas nesse sentido, pelos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e José Serra (PSDB-SP).

Líder do bloco parlamentar Podemos/PSDB/PSL, senador Lasier Martins (Podemos-RS) disse que é importante fatiar a PEC para votar, primeiro, o auxílio. Porém, com o agravamento da pandemia, há o receio de que o governo se aproveite da ausência de parte dos senadores para passar o texto com menos resistência. O parlamentar está em Porto Alegre. A capital gaúcha enfrenta bandeira preta, com 100% dos leitos de UTI ocupados. "O nosso partido defende a separação. Que se vote o auxílio emergencial, e todos os itens sejam levados a uma discussão posterior", afirmou.

Para Lasier, será difícil levar a proposta a voto nesta semana. "Na quinta, nós derrubamos a sessão para impedir a leitura do relatório. Ficou para terça (amanhã). Tem muito senador que não vai a Brasília na terça por conta do agravamento da covid-19. Isso é

ruim", afirmou. "A votação é presencial. Se o governo levar mais gente, pode tentar avançar com a matéria. Nós propomos o fatiamento. Deixa o resto, que é complexo, para discutir adiante, que a PEC é muito minuciosa. Eu acho que vai ter interferência do problema da covid. Estou em Porto Alegre. Cancelei minha ida a Brasília. Todos os hospitais estão lotados, e no DF está parecido", avaliou.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria, destacou que a prioridade é a aprovação do auxílio e no valor inicial de R\$ 600. "Não há possibilidade de negociação quanto a qualquer ponto do pacote de chantagens de Paulo Guedes", disparou, numa referência ao ministro da Economia, que fala em parcelas de até R\$ 250 para o benefício.

Já o líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) acredita que a PEC tem chances de passar esta semana. Ele admitiu que haverá muita discussão em torno do tema e argumentou que o debate, na verdade, gira em torno da "saída da crise". "O nome diz tudo: emergencial. Tem prioridade de tramitação. Notamos que vai ter muita discussão, mas a gente espera que o país aprove", frisou. "Para a retomada, precisamos das reformas. O auxílio pode vir junto. Temos de olhar tudo como "crise" e "saída da crise", mas há clima", enfatizou.

A PEC Emergencial cria mecanismos de ajuste fiscal para União, estados e municípios. O relator incluiu no texto um protocolo de responsabilidade fiscal e uma "cláusula de calamidade" para que o governo possa pagar o auxílio emergencial sem ultrapassar o teto de gastos. A desvinculação de receitas da saúde e da educação foi uma das contrapartidas propostas no parecer, mas que provocou uma enxurrada de críticas.

O relatório de Bittar prevê o acionamento automático de gatilhos para congelar gastos, como salários e subsídios, quando a despesa obrigatória superar 95% do total. O governo insiste em pagar o auxílio emergencial somente com a garantia de que poderá controlar as despesas com o serviço público.

Foco em melhorar popularidade

O valor do auxílio emergencial ainda não está definido, mas o presidente Jair Bolsonaro fala em quatro

parcelas de R\$ 250, pagas a partir deste mês - desde que seja aprovada a PEC Emergencial -, mas há mobilizações no Congresso para que a quantia seja maior.

O retorno do benefício, além de auxiliar milhões de vulneráveis em meio aos efeitos da pandemia da covid-19, deve elevar a popularidade de Bolsonaro, que está em queda, conforme pesquisas recentes. Na visão de especialistas, porém, a medida é um remédio temporário, que dependerá ainda de boas doses de recuperação econômica e das ações diante do recrudescimento da pandemia.

A diminuição nos índices de popularidade do governo coincidiu com o fim do auxílio emergencial, em dezembro. A pesquisa divulgada, no começo da semana passada, pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), em parceria com o Instituto MDA, apontou que a avaliação negativa do governo é de 35,5%. Em comparação com a positiva, a queda é de mais de 2,5 pontos percentuais, com 32,9%. Os dados mostram, ainda, que a desaprovação do chefe do Executivo é de 51,4% contra 43,5% de aprovação. Ainda segundo os dados, os que consideram o governo ótimo ou bom caíram de 41,2% para 32,9%.

Na opinião do analista político Creomar de Souza, da Consultoria Dharma, mesmo com menor valor, as novas parcelas impactarão de forma positiva e podem reverter a tendência de baixa da popularidade do presidente. No entanto, não será o suficiente. "É uma espécie de freio num decréscimo, mas vai depender de outras questões, como a capacidade do governo de criar saídas adicionais ao drama da pandemia, em específico, a aceleração da vacinação e a melhora econômica. A condição continua difícil porque a retomada da economia ainda está longe", salientou.

O cientista político Rodrigo Prando, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, afirmou que, conforme a lógica anterior, o auxílio deve interferir na popularidade de Bolsonaro. "A avaliação se deteriorou nas últimas duas rodadas, e o pagamento pode amenizar. A questão é que a retirada do auxílio teve impacto na avaliação, mas os resultados catastróficos da condução por parte do governo em relação à saúde, também", completa.

Questão econômica

Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, ressaltou que a concessão do auxílio é uma espécie de termômetro na popularidade do chefe do Planalto. "O índice vai subir, não há dúvida. O governo vê no auxílio uma saída temporária. Do ponto de vista social, é importante e, sob o ponto

político, para quem visa a reeleição, também", frisou. "O problema é a questão econômica, pois, numa situação fiscal difícil, o auxílio significa maior endividamento, não há como fugir disso. Vai ser pago às custas de endividamento."

Ao fim de 2020, quase 90% do **PIB** estava comprometido com a dívida pública, e, pelo desenho, observa-se que 2021 poderá chegar aos 95%, afirmou Gil Castello Branco. "O governo ainda não aprovou o Orçamento de 2021. Não há sinalização exata do que pretende ou não fazer ou como vai fazer. O presidente continua falando em ampliar o Bolsa Família, tem que dizer de onde vai tirar", disse. "Essas indefinições geram turbulências no mercado e, se os agentes econômicos não vislumbram perspectivas de responsabilidade fiscal, as consequências são fáceis de adivinhar."

Ele citou a fuga de investidores internacionais, rebaixamento do Brasil pelas agências de risco, insegurança dos investidores nacionais, aumento da taxa de juros, **inflação** e desemprego como alguns dos principais impactos. "O governo vai ter de se equilibrar na linha entre responsabilidade fiscal ou populismo fiscal. Não há convicção de que o apoio do Centrão significará fidelidade", afirmou. "O governo imaginou que ia encaminhar proposta de auxílio embutida na PEC e que a aprovação viria reunida e haveria as contrapartidas. Começa a ficar desenhado que não vai ter contrapartida e agrava a dúvida do mercado sobre o respeito às medidas de austeridade."

Com o agravamento da pandemia, a expectativa do ministro Paulo Guedes de que a economia iria se recuperar em "V" não se concretizará, argumentou o especialista. "Pelo contrário, tivemos um "L", com breve estabilização e nova queda. A atividade econômica cairá com o lockdown (adotado no DF e em vários estados). Vamos recomeçar tudo o que aconteceu no ano passado, com um contorno até mais grave. Teremos retração", emendou Castello Branco. (IS)

Sem auxílio e sem ajuste (2)

Felipe Scudeler Salto, DIRETOR EXECUTIVO DA IFI, É PROFESSOR DO IDP

O debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 186, a PEC Emergencial, ressurgiu em meio à urgência de um novo programa de auxílio social. A vinculação do programa a reformas fiscais constitucionais não é uma boa estratégia, mas é possível endereçar as duas questões tempestivamente.

Responsabilidade fiscal e sensibilidade social andam de mãos dadas.

É preocupante que pareça ser necessário bater na responsabilidade fiscal para obter legitimidade na defesa de um gasto social urgente. Ou você banca o durão e defende a ideia de que só será possível pagar R\$ 250 a famílias que estão à míngua se houver compensações ou abraça a lassidão fiscal. É preferível o caminho da ponderação.

As simulações consideradas pela Instituição Fiscal Independente (IFI) mostram que o auxílio emergencial poderia custar R\$ 34,2 bilhões se destinado a 45 milhões de pessoas, com quatro cotas mensais de R\$ 250. Essa conta já é líquida dos pagamentos aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que receberiam apenas a diferença entre o valor do novo auxílio e a transferência atual.

Esse gasto não é pequeno, mas a PEC Emergencial não é condição para pagar essa despesa.

Ao lado da aceleração do programa de vacinação, o auxílio se impõe. Agora, não se afirme ser impossível compensar o gasto sem antes olhar o Orçamento de 2021.

Em meu último artigo neste espaço, mostrei uma lista de cortes e medidas possíveis.

Os reajustes salariais dos militares correspondem a R\$ 7,1 bilhões; os concursos públicos programados, a R\$ 2,4 bilhões; e os subsídios sujeitos ao teto de gastos, a R\$ 14 bilhões - que poderiam ser reduzidos em R\$ 4 bilhões.

Além disso, a revisão das renúncias tributárias poderia colaborar com R\$ 20 bilhões, totalizando R\$ 33,5 bilhões. Se a primeira medida se mostrar impossível, em razão da lei que garante os reajustes, a economia ainda seria de R\$ 26,4 bilhões.

Portanto, as medidas de ajuste fiscal previstas na PEC não seriam condições necessárias para pagar o auxílio. Bastaria cortar o Orçamento.

Mas isso não significa que ela não contenha tópicos importantes.

São assuntos complexos, que demandam debate técnico e político adequado, com tempo suficiente para não se promover uma virada de mesa na Constituição. Separe-se o joio do trigo.

A PEC Emergencial fixa a sustentabilidade da dívida como uma dimensão inescapável na fixação de limites e metas fiscais, obriga a administração pública a avaliar políticas públicas, propõe a extinção de fundos públicos, manda reduzir gastos tributários, estabelece as regras para a despesa com o novo auxílio social, cria novos instrumentos de ajuste para os Estados e municípios e estabelece uma nova forma de acionar os gatilhos - medidas automáticas de ajuste - no âmbito da regra do teto de gastos.

Mas ela também acaba com os pisos constitucionais da saúde e da educação. Melhor seria consolidar os dois valores, dando maior liberdade aos gestores, sobretudo municipais e estaduais, na alocação dos recursos públicos para essas duas áreas essenciais.

A inclusão do auxílio no texto da PEC, por sua vez, tem que ver com o receio do Ministério da Economia de editar um crédito extraordinário para pagar a nova transferência social sem conseguir justificar a imprevisibilidade, exigência da Constituição. Vale dizer, os dispositivos que tratam do auxílio são independentes do resto da proposta, um convite ao Congresso para fatiá-la. É curioso notar que a intenção do ministro Paulo Guedes é o simétrico oposto: incentivar a aprovação das medidas de ajuste como condição para o auxílio.

Quanto ao teto de gastos, sabe-se que a Emenda Constitucional n.º 95 impossibilita o acionamento dos gatilhos (medidas de ajuste), ao menos sob a interpretação jurídica majoritária. A propósito, essa foi a motivação original da PEC, em 2019: tornar viável o acionamento das medidas automáticas de ajuste no caso de rompimento do teto.

Então, à guisa de solucionar esse problema, a PEC determina que, quando as despesas obrigatórias sujeitas ao teto atingirem 95% das despesas primárias

totais (também limitadas ao teto), a lista de gatilhos será ativada. Includemse, aí, a proibição dos reajustes salariais e das chamadas progressões automáticas no serviço público. O efeito fiscal poderia chegar a 1% do produto interno bruto (**PIB**) até o quinto ano.

Vincular o debate sobre regras fiscais à concessão do auxílio, mesmo abandonados os outros tópicos da PEC, prejudica as duas coisas: nem o dinheiro é liberado nem a proposta de ajuste fiscal alcança o consenso político suficiente.

Segue indefinida a estratégia para recobrar a sustentabilidade das contas públicas.

O caminho é resolver a emergência do auxílio e avançar a sério no debate fiscal.

Não no tapetão. As prioridades orçamentárias têm de ser expostas, o lado da receita tem de entrar no jogo e os privilégios dos estamentos estatais têm de ser combatidos.

Que tal começar pelo Orçamento de 2021?

Ou isso ou seguiremos postergando o auxílio e o ajuste fiscal.

Felipe Scudeler Salto, DIRETOR EXECUTIVO DA IFI,
É PROFESSOR DO IDP

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preço de matérias-primas sobe 40% e traz oportunidades para o Brasil



Cotação. Alta do minério de ferro ultrapassa os 70% em relação ao início do ano passado



Insumos. Avanço da Ásia deve aumentar demanda

Douglas Gavras, Márcia De Chiara

Apesar de a covid-19 estar ainda muito longe de ser debelada no mundo, as economias dos países, em geral, vêm se recuperando de forma razoavelmente rápida da forte queda provocada pela pandemia.

A China, uma espécie de motor do mundo, é o maior exemplo disso. Um dos principais efeitos desse cenário é o aumento da demanda - e, conseqüentemente, dos preços - das matérias-primas.

De abril do ano passado (o fundo do poço na pandemia) até agora, as cotações em dólar das 19 principais commodities agrícolas, metálicas e de energia haviam subido, em média, 40%, de acordo com o índice Commodity Research Bureau (CRB), indicador que é referência no comportamento das matérias-primas.

É um avanço que interessa diretamente ao Brasil, um

dos maiores fornecedores mundiais de produtos importantes nessa equação - como soja, milho, carnes e minério de ferro.

Ainda não está claro, entre os analistas, se o mundo caminha para um novo "superciclo" das commodities, nos moldes daquele que se iniciou na primeira década dos anos 2000 - os preços atuais ainda estão 16,1% abaixo do pico registrado pelo CRB, em 2011. O que está evidente é que essa alta de preços abre boas perspectivas para o País.

Efeitos. No ano passado, as exportações de soja subiram 9,6% e as de minério de ferro, 20,3%, em relação a 2019, segundo o Ministério da Economia. A alta do minério de ferro (que ultrapassa os 70% em relação ao início do ano passado) trouxe efeito, por exemplo, para as ações da Vale, que mais que dobraram de valor em relação ao início da pandemia. E fez com que a CSN conseguisse levantar R\$ 5,2 bilhões com a abertura de capital de sua unidade de mineração, movimento que vinha sendo ensaiado há muitos anos.

Reportagem recente do Estadão já havia apontado que, enquanto indústria, varejo e serviços sentiram o baque provocado pelos efeitos da covid-19, o campo comemorava uma alta de quase 40% na renda obtida com a venda de grãos, fruto de uma safra recorde no País de mais de 250 milhões toneladas.

Já a recuperação dos preços do petróleo, que haviam desabado no início da pandemia, teve conseqüências - nesse caso, positivas e negativas - para a Petrobrás.

A empresa fechou o quarto trimestre com um lucro de R\$ 59,9 bilhões, revertendo perdas registradas nos três primeiros trimestres de 2020. Mas também foi justamente a alta das cotações que acabou provocando a saída do presidente da empresa, Roberto Castello Branco, após o presidente da República, Jair Bolsonaro, se dizer incomodado com o aumento dos preços dos combustíveis, uma vez que a política da Petrobrás atrela esses produtos à cotação internacional do petróleo (ler mais abaixo).

Desafios. O superciclo das commodities anterior trouxe um período de bonança para o Brasil. Foram anos de fortes crescimentos do PIB - entre 2004 e 2008, o País cresceu, respectivamente, 5,8%, 3,2%,

4%, 6,1% e 5,1%. Essa boa fase, porém, acabou camuflando os problemas estruturais, apontam economistas, e as grandes reformas econômicas foram deixadas de lado. Quando o tempo de fatura se foi, o Brasil acabou mergulhando em uma forte recessão, da qual até hoje não conseguiu se recuperar.

Para os analistas, seja este um superciclo ou não, é importante não perder de vista que os problemas estruturais do País precisam ser atacados com urgência.

"Isso (um eventual superciclo) não seria capaz de resolver a questão fiscal, nem acelerar o potencial de crescimento do País de forma significativa.

Este segue travado pelo ambiente de negócios muito ruim, que não vai ser resolvido por um novo boom de commodities", afirma o coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV), Armando Castelar.

"O sentido de urgência poderia amainar um pouco, mas o problema não estaria resolvido e o potencial de crescimento sustentado não aumentaria de forma significativa." Roberto Attuch, CEO da OhmResearch, plataforma de análises independentes, também não vê nesse cenário de alta de preços das commodities um argumento para adiar reformas.

"Hoje estamos numa situação bem diferente da que estávamos no governo Lula", diz. Em 2005, a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (**PIB**) era bem menor do que é hoje e a situação fiscal não era tão delicada como a atual. Ou seja, desta vez, será muito mais desastroso jogar as reformas para baixo do tapete.

Economistas ainda divergem sobre novo boom de commodities

Escalada de preços tem várias motivações, mas analistas avaliam de formas diferentes a duração da alta

A forte escalada nos últimos meses dos preços das matérias-primas (como soja, milho, minério de ferro e cobre) levantou a discussão de que um novo ciclo de alta de cotações das commodities pode estar a caminho. Mas não há consenso entre os economistas sobre um novo boom.

"Há uma grande chance de que esteja acontecendo um novo super ciclo de commodities", afirma Roberto Attuch, CEO da OhmResearch, plataforma de análises independentes.

Essa também é a avaliação do economista André Braz, coordenador de índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O estrategista de Comércio Exterior do Banco Ourinvest e ex-secretário nacional de Comércio Exterior, Welber Barral, também diz que o mundo já vive um novo ciclo. "Desde a recuperação da crise de 2008, esse movimento tem se mantido. As altas do petróleo dão mais sinais." Mais cauteloso, o economista- chefe da MB Associados, Sergio Vale, avalia o que ocorre hoje como "um mini ciclo positivo de commodities". Já para o economista Fabio Silveira, sócio da MacroSector, o que existe é um momento de alta de preços. "É uma recuperação do tombo sofrido em 2020." Motivos. Apesar das diferentes avaliações sobre a duração da alta, isto é, se, de fato, tratase de um novo ciclo ou não, há razões objetivas que impulsionam para cima os preços das commodities. Depois do baque na atividade provocado pela pandemia, existe uma recuperação global sincronizada das economias, diz Attuch. Além disso, ele lembra que a preocupação crescente com uma matriz energética mais limpa pode ampliar a procura de commodities minerais ligadas a essa mudança.

Gilberto Cardoso, analista da OhmResearch, acrescenta que o Fórum Econômico Mundial estima que 1,5 bilhão de pessoas vai migrar para classe média na Ásia nos próximos nove anos, com destaque para a Índia, que deve crescer entre 6,5% e 7% no período. Isso indica, na sua opinião, um grande potencial de aumento da demanda por commodities agrícolas, especialmente de proteína animal, para alimentar essa população.

"O cenário é extremamente positivo para o Brasil que produz essas commodities", diz o analista.

Também a injeção US\$ 1,9 trilhão de recursos sinalizada pelo governo de Joe Biden na economia dos Estados Unidos deve impulsionar a demanda e os preços de commodities metálicas para investimentos em infraestrutura no país, concordam os economistas.

Vale, da MB, ressalta que o crescimento da China, que fechou 2020 com avanço de 2% no Produto Interno Bruto (**PIB**) em meio à pandemia, e que deve se manter forte neste ano, somado à depreciação esperada do dólar no mercado externo por conta de políticas de estímulo dos governos podem ter impacto positivo nos preços das commodities. "Há uma saída dos fundos de posições na moeda americana para fundos de commodities, porque justamente existe um fundamento sólido no crescimento chinês", diz o economista.

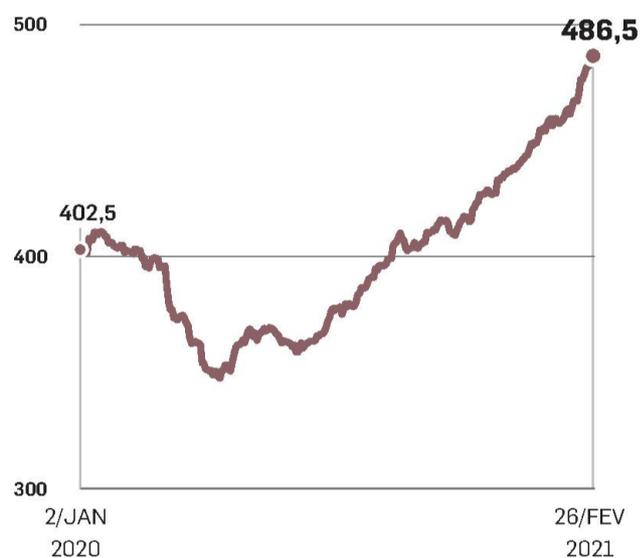
Já para Silveira, da MacroSector, o crescimento asiático tem "um pingo de razão". Na sua avaliação, o que sustenta a alta de preços das commodities neste momento - alimentos, petróleo e minério de ferro - é a "imensa liquidez de recursos no mercado internacional". Na falta de melhores opções de investimento, esse dinheiro acaba sendo aplicado em mercados futuros de commodities

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RETOMADA

● Índice Commodity Research Bureau (CRB) de preços das matérias primas em dólar*

EM NÚMERO ÍNDICE



| COTAÇÃO | DATA | ÍNDICE |
|---------|-------------|--------|
| Máxima | 8/abr/2011 | 579,68 |
| Mínima | 27/abr/2020 | 347,55 |
| Atual | 26/fev/2021 | 486,54 |

VARIAÇÃO

| | |
|--|--------|
| Preço atual em relação ao vale (27/abr/2020) | 40% |
| Preço atual em relação ao pico (8/abr/2011) | -16,1% |

*INCLUI METAIS, TÊXTEIS, MATÉRIAS-PRIMAS INDUSTRIAIS, AGRÍCOLAS, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS E GADO;
BASE: MÉDIA DE PREÇOS DE 1967 IGUAL A 100

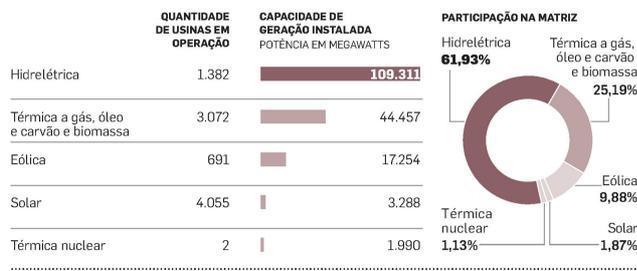
FONTE: DADOS DO CRB, REUTERS, ELABORADOS PELA CONSULTORIA E2 ECONOMIA ESTRATÉGIA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Usina da Petrobrás vira "elefante branco"

MATRIZ ELÉTRICA

● A participação de cada fonte na geração de energia nacional



Parada. Usina de Camaçari, que tem capacidade de gerar 120 MW de energia, foi erguida em 2001 em parceria com EDP

André Borges

A usina termoeletrica de Camaçari, um dos principais investimentos da Petrobrás na Bahia, e que seria um marco na história da estatal em projetos de energia para o setor industrial, tornou-se um elefante branco, com operações paralisadas, custos milionários e um destino completamente incerto. Só para a construção e compra total da usina, a estatal desembolsou mais de R\$ 500 milhões, em valores corrigidos.

O Estadão apurou que a Petrobrás já pediu o encerramento formal das operações da usina, simplesmente porque não consegue vender a energia ao preço necessário para cobrir os custos de manutenção e a tecnologia usada na montagem da planta. À reportagem, a Petrobrás admitiu que ainda não sabe o que vai fazer com o maquinário da térmica. Esse é mais um dos desafios do general Joaquim Silva e Luna, que deve assumir a petroleira em março.

Erguida em 2001 ao custo de US\$ 60 milhões, cerca de R\$ 330 milhões na cotação atual, a usina, que tem capacidade de gerar 120 megawatts (MW) de energia, era resultado de uma parceria que a Petrobrás assinou com a portuguesa EDP.

Três anos depois, a estatal brasileira decidiu, porém,

que teria o controle total da usina, e desembolsou mais R\$ 240 milhões, em valores corrigidos pela **inflação**, para ficar com 100% do negócio.

Seguiram-se alguns anos de suprimento de energia. Já em 2017, porém, a usina movida a geração por gás estava completamente inviabilizada.

Depois de entregar a energia que assumiu em leilão, em janeiro de 2015 e dezembro de 2017, a térmica não conseguiu mais parar de pé. Ao pedir a revogação de concessão da usina, a Petrobrás justificou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que a "Termocamaçari já não se mostra economicamente viável no mercado de energia", por causa da "ausência de condições operativas".

A Petrobrás alegou ainda que o restabelecimento das máquinas demandaria revisão geral dos equipamentos para troca dos componentes internos e outros serviços de reparo, "o que exigiria vultosos investimentos, sem garantia de remuneração".

Hoje, a planta que seria a principal geradora de energia para o Polo Petroquímico de Camaçari está inviabilizada, gerando prejuízos mensais. A reportagem questionou a Petrobrás sobre os demais investimentos feitos na planta, seus gastos com manutenção e serviço, mas a empresa não se manifestou sobre esses questionamentos.

Revogação. Em documento de caráter confidencial enviado à Aneel no dia 4 de fevereiro, a Petrobrás confirmou à agência que a planta já não tem nenhum contrato de fornecimento de energia em andamento e que a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), responsável pela ligação da usina com a rede de transmissão, já foi informada sobre o pedido de revogação.

Na semana passada, a área técnica deu sinal verde para que o fim da contratação da usina seja concluído. A decisão ainda precisa ser oficializada pela diretoria da agência.

Desde 2019, a usina está com as três turbinas desligadas. Segundo laudos técnicos da Aneel, foram encontrados problemas no projeto da turbina, e há dificuldades de manutenção, já que o modelo usado na planta conta com menos de dez unidades em funcionamento em todo o mundo.

Em nota, a Petrobrás informou que, desde 2017, "a

unidade está sem contrato de comercialização de energia, apesar dos esforços na busca de novos contratos que viabilizassem a continuidade". Questionada sobre a planta e os equipamentos, a petroleira declarou que "serão conservados de modo a manterem a integridade operacional, enquanto se concluem os estudos que definirão a destinação da UTE (usina termoelétrica)".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar deve continuar pressionado devido à turbulência política



Câmbio. Analistas de mercado estimam que o dólar comercial permaneça na faixa de R\$ 5, o que vai pressionar a inflação

Patrícia Valle

A intervenção feita pelo presidente Jair Bolsonaro na Petrobras, ao anunciar a troca no comando da estatal, e a expectativa de mudança no Banco do Brasil -na sexta-feira, o presidente da instituição, André Brandão, colocou seu cargo à disposição-abalou os mercados financeiros no país. Na semana passada, o Ibovespa, principal índice da B3, recuou 7%, e o dólar comercial encerrou a semana com valorização de 4%, a R\$ 5,6047. Segundo analistas, a volatilidade deve continuar, e o investidor precisa ter cautela e assegurar proteção para seu portfólio.

A expectativa é que a moeda americana não deve ceder a curto prazo. Há uma semana, o Boletim Focus, que traz as projeções de analistas de mercado compiladas pelo Banco Central, apontava o dólar a R\$ 5,05 no fim do ano. Um mês antes, a previsão era de R\$ 5.

Drausio Giacomelli, estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, ressalta que a perspectiva era que, com o avanço da agenda de reformas, o dólar recuasse a R\$ 4,50. Mas, depois do episódio da Petrobras, ele agora prevê a moeda a R\$ 5.

- As expectativas com as reformas estavam se diluindo e receberam agora uma pá de cal. O que ficou desse discurso populista do presidente é que a prioridade é a

reeleição e não o ajuste fiscal -afirma Giacomelli.

A taxa de câmbio no Brasil também reflete o fortalecimento global da moeda americana. Em 12 meses, o dólar se valorizou 22,4% frente ao real. A moeda brasileira, porém, tem ficado abaixo das de outros países emergentes.

- O dólar é um termômetro da visão do mundo em relação ao Brasil, e a nossa moeda é uma das piores em vários períodos e está muito distorcida em relação a países semelhantes. Os desdobramentos da última semana pioraram isso, porque o mercado já não estava com grande humor para o Brasil e agora está com medo de mais mudanças - afirma Otávio Ai dar, estrategista-chefe e gestor de moedas da Infinity Asset.

ATIVOS ATRELADOS AO IPCA

O câmbio elevado acaba pressionando a **inflação**, já que matérias-primas, como o trigo, são cotadas em dólar. Em 12 meses, o IPCA, usado na meta de **inflação** do governo, acumula alta de 4,56%. A projeção do Focus para o fim do ano é de 3,82%, no boletim de 22 de fevereiro - no fim de janeiro, era de 3,50%.

A alta da **inflação** pode levar o Banco Central a elevar a taxa básica da economia, a Selic, hoje na mínima histórica de 2% ao ano. No espaço de um mês, as projeções do Focus para a Selic no fim de 2021 passaram de 3,50% para 4%. Há quem espere um aumento já na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), de 0,25 ponto percentual e até de 0,5 ponto.

- A **inflação** tem se mostrado mais forte nos últimos meses, devido ao repasse (da alta nos preços) de matérias-primas - diz Álvaro Bandeira, economista-chefe do banco digital Modal mais. - Havia pouca gente esperando alta da Selic em março, agora estão achando que vai ter.

Giacomelli, do Deutsche Bank, por sua vez, observa que o BC "não pode resolver um problema fiscal, que é o que está elevando dólar e **inflação**".

Com a perspectiva de mudança no cenário de juros, os especialistas estão recomendando aos investidores

colocarem em suas carteiras ativos com juros pós-fixados e atrelados à **inflação**. O objetivo é, além de garantir retorno financeiro, proteger-se do aumento dos preços.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

As perspectivas para a renda variável, cuja procura disparou com a Selic a 2% - o número de investidores pessoa física na B3 dobrou no ano passado, para 3,2 milhões -, devem mudar. Quem entrou em busca de um retorno melhor que o da renda fixa, mas não tem um perfil de risco, pode sair se os juros subirem.

-Estamos com perspectiva mais neutra neste ano para a Bolsa. Precisa haver mais notícias de crescimento e de reformas para dar um novo impulso. E juros mais altos do que o previsto têm o efeito de reduzir a expectativa de crescimento para o ano que vem. Além disso, o investidor que foi para a Bolsa só para conseguir mais rentabilidade, porque os juros estão muito baixos, pode voltar para a renda fixa e para um cenário mais certo de ganho -afirma Bruno Athos, especialista de renda variável da Ável Investimentos.

Com as incertezas políticas e expectativa de alta dos juros aqui e no exterior, analistas esperam muita volatilidade.

Como ocorreu na semana passada, quando os papéis de estatais, como Petrobras e Banco do Brasil, sofreram um baque devido ao temor de ingerência do governo. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da petrolífera encerraram a semana com perdas de 18,7%, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) caíram 18,6%. Já os papéis do BB recuaram 12,7%.

MULTIMERCADOS

A recomendação dos planejadores financeiros é checar se a carteira está equilibrada. O investidor também precisa se sentir confortável com os riscos que está tomando. Outro ponto é colocar recursos em fundos multimercados - neles, gestores profissionais podem investir em todos os tipos de ativos e ganhar tanto na alta quanto na baixa do mercado.

Segundo dados da Anbima relativos a fevereiro, os fundos multimercados foram a categoria com maior captação líquida dos últimos 12 meses, com R\$ 84,2 bilhões, enquanto os fundos de ações tiveram R\$ 6,5 bilhões, e os de renda fixa, R\$ 8,7 bilhões. No período, os multimercados também tiveram maior rentabilidade média: 4,7%, contra 2,97% dos fundo de ações e 3,73% de fundos de renda fixa.

-Será um ano com muitas emoções. A qualquer momento uma notícia pode mudar tudo - diz Otávio Aidar, estrategista-chefe e gestor de moedas da Infinity Àsset.